

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR

**KAROLINY SOUZA BEZERRA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITAR DO  
MARANHÃO.**

SÃO LUÍS  
2019

**KAROLINY SOUZA BEZERRA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITAR DO  
MARANHÃO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo Curso de Formação de Oficiais – Bombeiro Militar; em cumprimento às exigências para obtenção do título de bacharel em Segurança Pública e do Trabalho.

Orientador: TC QOCBM José Cláudio Bezerra Pereira

SÃO LUÍS

2019

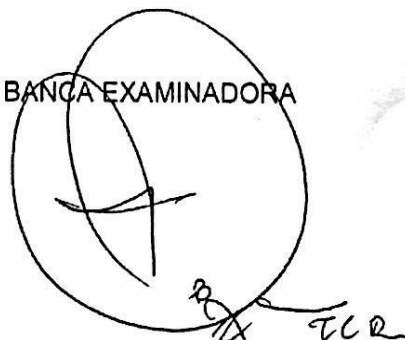
**KAROLINY SOUZA BEZERRA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO PROCESSO  
DE DESENVOLVIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO  
MARANHÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
à Universidade Estadual do Maranhão  
(UEMA) pelo Curso de Formação de Oficiais  
– Bombeiro Militar; para obtenção do título de  
bacharel em Segurança Pública e do  
Trabalho.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

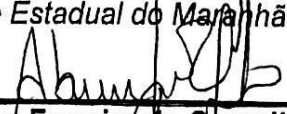
BANCA EXAMINADORA



---

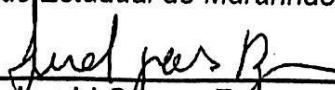
**José Cláudio Bezerra Pereira**  
Tenente Coronel QOCBMMA  
*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA*

---



**Abner Ferreira de Carvalho**  
Tenente Coronel QOCBMMA  
*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA*

---



**Ingrid Gomes Braga**  
Pós-doutora  
*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA*

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos que me aconselharam a fazer parte do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, pois entenderam antes de mim que era nessa instituição que eu seria realizada profissionalmente, aos meus amigos civis e militares que sempre me inspiraram a fazer o meu melhor e principalmente, à*

*minha família que é o meu esteio mais precioso.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me inspirado a escolher a profissão bombeiro militar, à qual me traz satisfação diária, à minha família que sempre me apoiou, sobretudo, nos momentos mais desafiadores, aos meus amigos e aos irmãos de farda que me auxiliaram na pesquisa e, principalmente, porque me motivam a ser melhor a cada dia.

*“Por medo de que o mundo não seja como desejamos é que resistimos às mudanças...”*

*Peter Russel*

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico analisa as contribuições da cooperação internacional no processo de desenvolvimento das instituições governamentais, sobretudo, dos corpos de bombeiros militares. Para isso, a obra elencou as ações de cooperação internacional realizadas, seja na forma cooperação técnica (intercâmbio de técnicas, conhecimento e pessoas qualificadas e etc) seja como assistência humanitária (em situações de crises como os desastres naturais). Além disso, este trabalho tem como objetivo avaliar o processo de transformação das sociedades globais por meio do fortalecimento das capacidades nacionais decorrentes do compartilhamento de conhecimentos e de recursos materiais, bem como a influência desse fortalecimento na transformação de sociedades consideradas vulneráveis em cidades resilientes. No que diz respeito o modo como os atores tem realizado cooperação, o presente trabalho visa demonstrar a importância de que essas ações sejam realizadas por meio de uma gestão efetiva no processo de elaboração dos programas de cooperação técnica e nas ações humanitárias emergenciais. Com o intuito de atingir esse objetivo foram realizadas coletas de dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental contendo aspectos gerais da cooperação internacional, e os desdobramentos gerados no desenvolvimento das nações, sobretudo, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Após a verificação das ações de cooperação internacional foi possível pontuar o seu protagonismo nas principais instituições de gestão de desastre.

**Palavras-chaves:** Corpo de Bombeiros Militar. Contribuição. Desenvolvimento das instituições. Cooperação internacional.

## ABSTRACT

This academic work analyses the contributions of international cooperation in the development process of governmental institutions, especially the military firefighter department. For this, the article listed international cooperation actions carried out in the form of technical cooperation (exchange of techniques, knowledge and qualified persons, etc.) or assistance humanitarian (in crisis situations such as natural disasters) in some countries throughout history, for the purpose to assessing of transformation process of societies to the strengthening national capacities to transform vulnerable societies into resilient ones and demonstrating the importance of these actions being carried out through effective management in the process of elaboration of technical cooperation programs and in humanitarian emergency actions. In order to make this analysis feasible, data collection was carried out through bibliographical and documentary research, containing general aspects of international cooperation, and the developments generated in the development of nations, especially in the institutions how military firefighter department. After verify the actions cooperation, it was possible to assess the influence of this sharing of information both in a firefighter department and in society in general, which depends directly on their services.

**Keywords:** Military Firefighter Department, development and international cooperation.

## LISTA DE ABREVIATURAS



<b>ABC</b>	Agência Brasileira de Cooperação
<b>ACNUR</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CBMDF</b>	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
<b>CBMMA</b>	Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão
<b>CETOP</b>	Centro de Treinamento Operacional
<b>CID</b>	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
<b>CT</b>	Cooperação Técnica
<b>FAO</b>	Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
<b>INSARAG</b>	Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate das Nações Unidas
<b>MINUSTAH</b>	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>ODM</b>	Objetivos do Milênio
<b>OECE</b>	Organização Europeia de Cooperação Econômica
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>QOCBM</b>	Quadro de Oficiais Combatentes Bombeiro Militar
<b>TC</b>	Tenente Coronel
<b>UNOCHA</b>	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
<b>UNICEF</b>	Fundos das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Panorama histórico do CBMMA</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Cooperação Internacional: como, quando e onde tudo começou</b>	<b>18</b>
2.2.1	Os primeiros atores da cooperação	21
2.2.2	Relação entre a cooperação internacional e o desenvolvimento	25
2.2.3	A experiência brasileira: ABC	29
<b>2.3</b>	<b>Principais contribuições da cooperação internacional</b>	<b>31</b>
2.3.1	Mudança de paradigmas da cooperação internacional	32
2.3.2	Fortalecimento das capacidades nacionais	35
<b>2.4</b>	<b>Gestão nas atividades de cooperação humanitária e técnica internacional</b>	<b>46</b>
2.4.1	Logística nas ações de cooperação humanitária internacional	47
2.4.2	A gestão efetiva na cooperação técnica internacional	50
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>55</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar como a cooperação internacional tem contribuído no processo de desenvolvimento das instituições bombeiro e para a sociedade de um modo geral. Para isso, esta obra irá apresentar os resultados de acordos realizados entre as instituições militares e os diversos atores da comunidade internacional, dentre eles, organismos internacionais no âmbito das Nações Unidas, agências governamentais especializadas em desenvolvimento e organismos internacionais não governamentais.

O tema “cooperação internacional” ainda é relativamente novo no meio acadêmico. Ele é mais discutido nas relações internacionais e por alguns militares de corpos de bombeiros, os quais tem defendido que suas instituições tem evoluído após incluírem esse assunto nos planejamentos estratégicos de suas corporações.

A monografia tem como objetivo principal analisar as contribuições da cooperação internacional no processo de desenvolvimento das instituições governamentais, sobretudo dos corpos de bombeiros militares. Para isso a obra fará uma análise das atividades de cooperação internacional realizadas como “parceria” (intercâmbio de técnicas, conhecimento e pessoas qualificadas e etc) ou como “ajuda internacional” (apoio no ciclo operacional da resposta aos desastres). Para tanto, além do objetivo central do estudo, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

i – Apresentar o papel da cooperação internacional na transformação das sociedades globais ao reformular novos paradigmas, alterando o *status quo* das nações sob uma perspectiva pautada no processo de desenvolvimento;

ii – Explicar como as parcerias realizadas para além das fronteiras nacionais transformam uma sociedade e tudo a ela associada\_ confiabilidade do Brasil no cenário internacional, fortalecimento dos órgãos envolvidos no ciclo operacional do desastre (prevenção, preparação e resposta) e, sobretudo, a capacidade de converter as sociedades vulneráveis em sociedades cada vez mais resilientes.

iii – Demonstrar a importância de uma gestão efetiva tanto no processo de elaboração dos programas de cooperação internacional quanto na logística em um contexto de crise humanitária.

A fundamentação teórica está dividida em quatro momentos. O primeiro fará uma breve apresentação da história do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão

(CBMMA), como tudo começou até nos dias atuais. O segundo tópico de desenvolvimento será abordado o contexto histórico que antecedeu as primeiras ações de cooperação internacional ao mencionar as motivações que os estados nacionais possuíam para buscar recursos em locais além do seu território. Conhecido os principais atores no que diz respeito a acordos realizados para além das fronteiras nacionais, a obra segue apresentando os resultados decorrentes de tais relações. Aqui o leitor poderá ter uma perspectiva ampla sobre quem de fato se beneficia da cooperação internacional.

Nesse sentido, a terceira parte do referencial abordará os benefícios trazidos pela cooperação internacional ao associá-la aos comportamentos dos Estados tanto nas suas relações com outras nações, quanto as suas ações no âmbito doméstico em prol do desenvolvimento.

O quarto e último tópico de desenvolvimento será apresentado o aspecto da gestão nas atividades de cooperação internacional, seja na forma humanitária ou na técnica. Essa é uma temática muito relevante, haja vista que estão envolvidos de forma sistemática aspectos importantes de uma nação como os fatores políticos, sociais, econômicos e ambientais.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica contendo aspectos gerais da cooperação internacional, bem como sua contribuição para o desenvolvimento e será realizado levantamento de informações (relatórios e entrevistas) e de acordos de cooperação internacional oriundas de instituições bombeiros militares que integram essa estratégia ao seu planejamento estratégico para alcançar seus objetivos institucionais.

Os procedimentos adotados visaram a comprovar as seguintes hipóteses:

i – Por meio da cooperação técnica internacional, os atores têm tido acesso a experiências e conhecimentos que, agregados às capacidades institucionais e humanas previamente existentes, tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do país;

ii – O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão poderia promover, através dessa cooperação, mudanças qualitativas e/ou estruturais de forma a sanar ou minimizar problemas específicos, bem como descobrir oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento agregados às capacidades institucionais e humanas previamente existentes.

Na primeira hipótese, tratou-se de averiguar o comportamento das instituições militares e dos organismos internacionais no que diz respeito à cooperação internacional em prol do desenvolvimento, sobretudo, sob a luz dos conhecimentos técnico-operacionais. Nesse sentido, buscou-se conhecer os benefícios imediatos e em longo prazo decorrentes dos acordos internacionais.

Na segunda, buscou-se esmiuçar o foco da cooperação técnica internacional sob a ótica das capacidades e dos recursos e dos indivíduos e às transformações socioeconômicas decorrentes de novos paradigmas e comportamentos em todos os níveis da sociedade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentro do contexto histórico da evolução da sociedade, muitas foram as formas e as causas que levaram os povos a buscarem recursos em locais distintos dos quais estavam instalados. A percepção de que a influência política de um povo é diretamente proporcional ao seu grau de desenvolvimento é conhecida desde a Antiguidade e, ao longo dos anos, o modo como assegurar esse desenvolvimento foi sofrendo mudanças constantemente.

A busca por esse desenvolvimento está intimamente relacionada ao aspecto não somente político, mas econômico e bélico. Quando formados os Estados Nacionais, em meados do século XV, a expansão colonial europeia se valeu do imperialismo para alcançar e dominar outros povos para que assim obtivessem recursos humanos, materiais e o controle sobre os recursos naturais (territórios).

Essa relação de poder, em que um povo subjugava outro fazendo destes seus escravos, perdurou até um pouco mais da metade do século XX, quando as últimas colônias da África e Ásia iniciaram seus processos de luta por independência. No entanto, até que isso acontecesse potências nacionais guerreavam entre si para conquistarem sua hegemonia, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que tinha a face política (guerra civil alemã) e a religiosa (católicos contra protestantes). Se por um lado as nações entravam em conflito para dominar territórios, por outro, encontravam soluções por meio de acordos, por exemplo, a Paz de Vestfália.

A partir desses fatos históricos, surge a noção de que um equilíbrio entre as potências seria a melhor forma de conservá-las conforme discutido no Congresso de Viena (1815) e aprofundada no Tratado de Versalhes (1919), este após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1919).

Nasce nesse período os aspectos do Direito Internacional: soberania, igualdade jurídica entre os Estados, a territorialidade e a não intervenção. Esses pontos se tornaram cruciais para nortear as relações entre os Estados e para orientar os tratados internacionais com vistas a preservação da paz (BORGES et. Al, 2015).

No entanto, em que pese os Estados soubessem que a paz seria a melhor forma de sobrevivência, essa crença não impediria os conflitos mundiais. No período entre as guerras mundiais apareceram sugestões para que a paz voltasse, como os 14 pontos de Wilson e a sua proposta de haver uma liga entre as nações com o

objetivo de estabelecer uma relação de cooperação por meio de sanções econômicas e políticas aos Estados que violassem as regras de paz.

A intenção do senhor Woodrow Wilson, na época presidente dos Estados Unidos, era evitar os conflitos mundiais, no entanto, a sua proposta não evitou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse conflito devastou vários povos que ficaram impossibilitados de se reerguerem sozinhos. Esse cenário levou as primeiras práticas de cooperação para o desenvolvimento.

Novos atores (organismos internacionais governamentais e não-governamentais) criaram para si funções de contribuir para que o desenvolvimento com teor econômico, político, ambiental, social e de segurança nos países mais devastados. Acordos com viés de cooperação humanitária vem sendo praticados desde então, porém, desde a segunda metade do século XX, países considerados em desenvolvimento como o Brasil, passaram de “receptor de ajuda” para cooperador, sobretudo, no eixo sul.

Esse novo paradigma tem crescido de forma significativa no aspecto da cooperação internacional. Trata-se de Cooperação Internacional Sul-Sul e que países em desenvolvimento compartilham conhecimentos, tecnologias, experiências com vistas a fortalecerem suas capacidades. Nesse cenário, as instituições militares, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Corpos de Bombeiros Militares tem sido exemplo de atuação de atividades de cooperação internacional humanitária e técnica.

## **2.1 Panorama histórico do CBMMA**

O ponto de partida dos trabalhos do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão – CBMMA foi a Lei nº 294, editada em 16 de abril de 1901, que autorizava a criação de um Serviço de Combate ao Fogo.

Apesar dessa determinação, somente no ano de 1903 o serviço foi oficializado por um ato do então Vice-Governador do Estado, Alexandre Colares Moreira Junior, criando uma Seção de Bombeiros, encarregada do serviço de Extinção de Incêndios.

Figura 1 - Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão



Fonte: Mapa Turístico - MA

Comandada por um Oficial do Corpo de Infantaria do Estado, o Alferes Aníbal de Moraes Solto. A seção era composta, por seu Comandante também por 01 (um) 1º Sargento, 02 (dois) 2º Sargentos, 01(um) Furriel, 02 (dois) Cabos, e 30 (trinta) Soldados. Essa era a primeira equipe encarregada de combater incêndios no Maranhão. Aos poucos a seção foi sendo estruturada, porém os registros históricos são insuficientes para contar a sua trajetória com precisão.<sup>1</sup>

Em 1957 o Corpo de Bombeiros foi transferido para a administração estadual, ficando subordinado à Secretaria de Estado de Negócios do Interior, Justiça e Segurança.

A Lei n.º 1138 definiu que o comandante dos bombeiros deveria ser um oficial com especialização na área, além de seu efetivo receber treinamento específico.

Em 1959 a Seção de Bombeiros foi integrada a Polícia Militar, subordinada ao Comando Geral.

Mesmo com todas essas mudanças de caráter administrativo a prestação de serviço do CBMMA foi se construindo dia após dia, por intermédio do combate ao fogo.

Em 1988, com o advento da nova constituição brasileira, com base no artigo 144 da Constituição Federal, e nos artigos 112 e 116 da Constituição Estadual de 1989, as quais atribuem ao Corpo de Bombeiros, as atividades de Defesa Civil,

<sup>1</sup> Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. **Nossa história**. Maranhão, 2019. Disponível em: < <https://cbm.ssp.ma.gov.br/index.php/cbmma/institucional/nossa-historia/> . Acesso em 20 mai. 2019.



além de outras destinadas em legislação específica, fez eclodir mais ainda um anseio por parte dos bombeiros em trabalhar como corporação independente, e desta forma ter o reconhecimento das autoridades e da sociedade em geral, para importância das suas atividades desempenhadas.

Iniciou-se, então, uma luta pela emancipação que foi acontecendo gradualmente e formalizada pela emenda constitucional número 008/92.

Em 1993, a partir da criação da Lei nº 5.855 de 06 de dezembro, que dispôs sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, a Instituição assumiu definitivamente as seguintes ações: prevenção e extinção de incêndios urbanos e florestais, realização de serviços de busca e salvamento de pessoas, animais, bens e haveres, realização de vistorias em edificações, perícias de incêndios, prestação de socorros nos casos de inundações, desabamentos e catástrofes; sempre que haja ameaçado de destruição, vítimas, ou pessoas em iminente perigo de vida.

E ainda estudar, analisar, planejar, exigir e fiscalizar todo serviço de segurança contra incêndio no Estado, embargar, interditar obras, serviços, habitações e locais de diversões públicas que não ofereçam condições de segurança de funcionamento, desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânico coletivos e de proteção ao meio ambiente.

Além de exercer as ações de defesa civil, deverá desenvolver em todo Estado tal atividade, baseado nos moldes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa - SINPDEC.

Em 1994, emancipada, realizou seu primeiro curso de formação de Soldados, a época com mais de 500 Soldados. São 25 anos de atividades desenvolvidas como Instituição emancipada.

Atualmente, conta com um efetivo de 443 Oficiais, 87 cadetes (alunos do Curso de formação de Oficiais, uma parceria entre a Corporação e a Universidade federal do Maranhão, 987 Praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) e 07 alunos do Curso de Formação de Soldados, totalizando 1526 bombeiros militares para todo Estado. (CBMMA, 2019)

## **2.2 Cooperação internacional: como, quando e onde tudo começou.**

A cooperação internacional não é algo moderno, mas sabe-se que essa é uma atividade cujo crescimento tem ocorrido em níveis globais de forma expressiva.

Nações tem buscado seu crescimento econômico desde a expansão colonial, no século XV, e não obsta afirmar que suas influências políticas, militares e sociais tenham sido inerentes a cada transposição de suas fronteiras.

Se devido à busca pela hegemonia política as nações optaram por ultrapassar seus territórios, por outro lado, e com o passar dos anos, o motivo por suas alianças foi impedir que uma dominação global fosse realizada por uma única nação. Ressalta-se que essa perspectiva tem um forte aspecto de segurança coletiva, uma vez que era salutar uma prevenção efetiva do colapso no equilíbrio de poder no sistema internacional.

Entretanto, mesmo com acordos firmados entre os Estados, as guerras mundiais não foram evitadas. Isso demonstra que a cooperação internacional da época era focada em alianças militares. Somente após o fim da Segunda Guerra Mundial é que surgiram formas alternativas de pensar a cooperação.

No período pós Segunda Guerra Mundial surgiram novos atores na comunidade internacional, como as Nações Unidas e suas agências especializadas e instituições financeiras internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Em resposta à devastação das nações devido aos efeitos das guerras, os países mais estruturados deram início aos programas de assistência ao desenvolvimento. Nesse contexto, surgiram os primeiros passos de uma cooperação com objetivos que ultrapassaram os anseios bélicos.

Ao lado dos entes estatais novos atores nascem com intuito de prover diálogos destinados a uma reconstrução pós-guerra, por exemplo, os organismos internacionais governamentais e não governamentais, fundações, blocos econômicos. A antiga dinâmica global caracterizada, sobretudo, pela bipolaridade deu lugar ao mundo multipolar diminuindo relativamente os conflitos internacionais. Alguns eventos relevantes no sistema internacional como o fim da Guerra-Fria, a queda do muro de Berlim e o fracionamento do bloco socialista soviético desenharam um novo perfil de desenvolvimento. Nasce então o que o construtivismo chama de “justo equilíbrio” (2002, Moreira apud Bernardino, 2012). Essas mudanças configuraram processos de maior integração econômica entre as Nações, o que, conseqüentemente, produziu maior transparência e gerou maior confiabilidade para que os atores internacionais realizassem acordos entre si.

No que diz respeito à participação brasileira nas atividades de cooperação internacional pode-se afirmar que essa prática tem reduzido as crises sociais, bem

como proporcionado a elaboração de políticas que elevem os indicadores de desenvolvimento humano. Com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987, os acordos se intensificaram entre o Brasil e diversos atores internacionais.

O Brasil alterou, ao longo da história, seu papel dentro dos acordos de cooperação internacional, passando de receptor, característica de cooperação Norte-Sul, para o de prestador de cooperação com vistas a contribuir para o desenvolvimento de outros países.

Existem várias formas de se fazer cooperação internacional, no entanto, a forma que tem se destacado nos projetos do Governo brasileiro é a modalidade técnica, com predominância no formato de cooperação trilateral com países desenvolvidos ou organismos internacionais em benefício de terceiros países<sup>2</sup>.

Sob as duas perspectivas, a cooperação internacional brasileira tem obtido vantagens, haja vista que essa política possibilita o aumento de quadros especializados e agrega conhecimentos a partir do contato com outras realidades sociais, econômicas, culturais e políticas. Como receptor o Governo brasileiro tem a oportunidade de interagir com agências especializadas mais desenvolvidas, o que oportuniza o acesso às novas tecnologias e informações que possam contribuir para o desenvolvimento do País. Na condição de prestador, o Brasil tem a oportunidade de projetar suas capacidades e isso aumenta a sua visibilidade na comunidade internacional, pois atraem interesses pautados no desenvolvimento. Além disso, esse cenário possibilita a elaboração e o fortalecimento de alianças, principalmente no que diz respeito aos aspectos da segurança, defesa do meio ambiente e promoção dos direitos humanos.

Alinhado a estratégia do Governo brasileiro de dar voz à cooperação internacional, instituições bombeiro militar de alguns estados tem realizado cooperação técnica internacional nos moldes trilateral e bilateral, como é o caso das experiências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA).

### 2.2.1 Os primeiros atores da cooperação

---

<sup>2</sup> LIMA, Sérgio; ALMINO, João (Org.). **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional**. Brasília: Funag, 2017.

Essencialmente o homem tem o desejo constante de obter aquilo que ele ainda não possui. A expansão colonial europeia é um retrato factual dessa essência. Pelo desejo de expandir seus domínios, conquistar mercados ou até mesmo “catequizar” nações como Inglaterra, França, Portugal e Espanha travaram significativas batalhas entre si fazendo de outros povos suas colônias e seu principal objeto de exploração que traduz o modelo mercantilista.

Para que tivessem condições de expandirem seus poderes, alianças entre reinos eram feitas para que mais fortalecidos pudessem conquistar outros povos. Esse cenário é um retrato do imperialismo como mecanismo da expansão colonial europeia. O que diz respeito ao imperialismo, o Tenente-General PilAv, Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos o traduz como “Processo em que um estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política, o que pode ser feito pela força ou dependência, por colaboração política ou por dependência econômica, social ou cultural” (DOYLE, 1993, p. 8 apud, SANTOS, 2015, p. 273).

E acrescenta que:

O imperialismo é a expansão de uma potência para territórios que outrora não faziam parte do seu domínio, tendo como fundamento primeiro a força militar, mas prosseguindo-se, posteriormente, com a divulgação das estruturas políticas, jurídicas, econômicas e sociais desse mesmo poder político para as novas áreas conquistadas ou tuteladas (apud Lara, 2015, p.273).

Subjugar um povo colocando-o sob seu domínio é uma das principais características das primeiras relações entre os Estados Nacionais e suas colônias. No palco dessa dinâmica geopolítica os interesses eram fortemente defendidos por questões de necessidade de segurança, aumento de mercado consumidor e busca por hegemonia política.

Ainda que essas relações entre os Estados Nacionais e a ligação com suas colônias indicassem transnacionalidade, não se pode afirmar que isso seja definido como um cenário de cooperação internacional, haja vista que existia o aspecto controlador de um sob o outro. No entanto, a busca por recursos fora do âmbito doméstico é um indicativo de que nem sempre um Estado tem suas necessidades satisfeitas no interior de seu próprio território, fato esse significativamente característico que motiva a elaboração dos acordos internacionais na atualidade.

Ao longo dos anos, as monarquias nacionais por diversos motivos travaram batalhas que dizimaram milhões de pessoas, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-

1648), cujo grau de destruição só viria a ser superado com as duas guerras mundiais do século XX (CARNEIRO, 2006). Esse conflito era por um lado uma guerra civil alemã e por outro um conflito com viés religioso (católicos em defesa do imperador austríaco do Sacro Império Romano Germânico contra uma coligação protestante, estes, porém apoiados pela França católica).

Com o objetivo de pôr fim a esse conflito, foram assinados dois tratados (Tratado de Munster e Tratado de Osnabruck), que culminaria na Paz de Vestfália, um dos mais importantes instrumentos jurídicos que a história já testemunhou. Nas palavras de Caique Silva (2015, p. 131) o Tratado de Vestfália foi um “regulador das relações entre nações, organizadas sob a autoridade dos estados soberanos”. Esses tratados consolidam a possibilidade de os Estados realizarem acordos pautados na igualdade e independência na geopolítica global.

Esse tratado foi o primeiro acordo internacional envolvendo vários entes de um mesmo continente, uma vez que “há relevância destes tratados que os Estados deliberaram em conjunto, o que nenhuma ocasião anterior havia sido feito” (HUSEK, 2012, p.22 apud SILVA, 2015, p 134). Esse fato delibera o conceito de soberania, item indispensável nas relações interestatais e no direito internacional público.

No entanto, a soberania e a igualdade entre os Estados somente são exercidas e respeitadas enquanto desejarem. A paz entre as nações baseada no sistema anárquico de equilíbrio de poder era condicionada aos seus interesses políticos e econômicos à medida que logravam bem-estar e segurança. A paz vestfaliana elevou o Estado como um sujeito de direito internacional dotado de soberania, independência e liberdade para buscar seus interesses, fato este que motivou o anseio pelo equilíbrio da balança de poder sob os pilares do poder militar (SILVA, 2015).

No início do século XX, esse poder militar tornou-se sinônimo de “paz armada”. Enquanto os Estados investiam em tecnologia armamentista, tensões ocorriam em várias partes do continente do leste europeu ao mesmo tempo em que a sociedade parisiense vivenciava a *belle époque*, período marcado pelos privilégios da fortuna gerados pela Revolução Industrial. No entanto, essa aparente tranquilidade não durou muito até que ocorresse o atentado em Sarajevo, estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), interrompendo os dias felizes e despreocupados dos cidadãos europeus (ARARIPE, 2006).

As tensões entre os Estados motivavam investimentos significativos no setor armamentista e o número dos seus exércitos aumentavam exponencialmente por meio do serviço militar obrigatório e promoção do nacionalismo. Alianças entre Estados foram estabelecidas e programas de armamento indicavam que essa paz estava com previsão de ser interrompida. O nefasto conflito deixou 1,4 milhão de mortos<sup>3</sup> na França e 1 milhão na Grã-Bretanha, além de destruição em várias cidades e uma reflexão sobre o que fazer para que a paz voltasse a reinar nas relações internacionais.

Após a trégua no final da Primeira Guerra Mundial (1919), os Estados Unidos da América (EUA), na pessoa do então presidente Woodrow Wilson enviou ao Congresso uma proposta, conhecida como “14 pontos de Wilson” cujo o 14º ponto seria a criação de uma Liga composta por várias Nações. Então, em 1929, entrou em vigor a Liga das Nações por meio do Tratado de Versalhes cuja finalidade era promover a cooperação, a paz e a segurança internacional. O escopo da Liga era aplicar sanções econômicas e políticas às Nações que violassem as regras de paz.

Se a Liga das Nações foi criada para evitar os conflitos mundiais, por que 26 anos depois o mundo sofreu a Segunda Guerra Mundial? Nas palavras de Eric Hobsbawm, “a recusa dos EUA a juntar-se à Liga das Nações privou-a de qualquer significado real” (HOBSBAWM, 1995, p.42). Um acordo envolvendo somente a Grã-Bretanha e a França de fato não poderia ser eficaz, nações insatisfeitas, como Itália, Alemanha e a Rússia iriam entrar no palco internacional para lutar pelos seus interesses, subjugados na primeira batalha (Grande Guerra).

A Liga das Nações fracassou, porém redesenhou uma nova possibilidade de cooperação entre os Estados, o que aconteceu em 1945, em São Francisco, na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional com o objetivo de elaborar a Carta das Nações Unidas, cuja finalidade é apresentada em seu art. 1:

Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> MAGNOLI, Demétrio (Org.). **Histórias das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p.348.

<sup>4</sup> CARTA das Nações Unidas. **Nações Unidas**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

A carta das Nações Unidas, criada por 50 Nações, é um marco nas relações internacionais. É notória a preocupação de que novos conflitos pudessem existir e agravasse mais ainda a situação econômico, política, industrial e militar dos países. Devido as graves consequências geradas pelas duas grandes Guerras Mundiais, muitos países viram-se dependentes uns dos outros para restabelecerem sua normalidade enquanto suas colônias estavam lutando por suas independências. Surge, então, o cenário complexo de interdependência. Com vistas a alcançarem esforços mútuo de cooperação, o art. 3º da mencionada Carta elenca um dos seus principais motivos de existência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conseguir uma cooperação internacional para resolver problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.<sup>5</sup>

Nesse contexto, surgem teorias que tentam explicar toda essa dinâmica comportamental dos Estados. Teóricos do Realismo, como Morgenthau, acreditavam que o comportamento dos Estados é uma extensão do indivíduo e que, por isso, aspectos de sua “natureza” devem ser levados em consideração, sobretudo, no que se infere a atender as próprias necessidades (BARNABÉ, 2014). Movidos por paixões e necessidade de sobrevivência, os indivíduos, segundo, Hobbes, possuem disposição constante para a guerra. Inspirado nessas ideias, o realismo defende que os Estados são unidades coesas e as mais relevantes da política internacional e que a “agenda política internacional é organizada em hierarquia rígida, dirigida por questões de segurança e o uso da força é sempre um instrumento de política disponível e efetivo” (ESTRE, 2011, p. 21).

Ao longo do novo reordenamento internacional surgiram outras vertentes teóricas em discordância da teoria realista, teóricos do idealismo argumentavam que os Estados podem transferir a paz que prezam dentro de suas fronteiras para o cenário internacional. Sob as bases de Immanuel Kant (1724-1908), os idealistas defendem que somente um estado democrático é capaz de assegurar as liberdades individuais, pois partindo desse perfil, existiria uma probabilidade maior de

---

<sup>5</sup> Ibid. **Nações Unidas**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

comportamentos menos agressivos, alcançando dessa forma o bem comum, ou seja, a paz perpétua (BERNARDINO, 2012, p.12)

Sob a luz dessas teorias, bem como as mudanças no comportamento dos Estados, surge o pressuposto de que a cooperação internacional seria o caminho mais propício para o desenvolvimento.

### 2.2.2 Relação entre a cooperação internacional e o desenvolvimento

Após a criação das Nações Unidas, percebeu-se que muitos eram os problemas que a humanidade enfrentava. A vulnerabilidade social de várias partes do globo exigia atenção dedicada e esforços significativos eram necessários para que os Estados reestabelecessem sua normalidade. Nesse sentido, foram criadas várias agências no âmbito das Nações Unidas para que a ajuda mútua fosse mais eficaz.

A partir desse momento, nasce uma cooperação internacional pautada não somente nos pilares da segurança coletiva, mas também em assuntos intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento. Sobre o papel da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), André de Melo e Souza<sup>6</sup> afirma:

As origens da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muito dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais (SOUZA, 2014, p.11)

Nesse cenário aparecem novos atores, como as agências das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA), entre outros.

Em decorrência dos diversos temas que compõem o desenvolvimento, as relações entre os Estados tornaram-se cada vez mais multifacetadas e complexas.

---

<sup>6</sup> Coordenador de Estudos em Governança e Instituições Internacionais da Diretoria de Estudo de Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



Além das agências especializadas no âmbito da ONU, vários outros atores tem realizado cooperação internacional em prol do desenvolvimento, como as organizações não governamentais, fundações e empresas multinacionais, além de uma sociedade civil cada vez mais organizada.

A cooperação é algo complexo que nas palavras de Érick Roman Sanchez em sua obra *Cooperación y Desarrollo: nueve preguntas sobre el tema* apresenta como uma:

Atividade que pretende, particularmente, melhorar as condições de vida das pessoas que habitam nos países do Sul, mediante a introdução de mudanças econômicas, sociais e políticas, que tem a ver, entre outras coisas, com o fomento dos **direitos humanos**, a consolidação da democracia e ascensão de valores e atitudes a favor da paz e da solidariedade (SANCHEZ, 2002, p. 24, tradução nossa, grifo do autor).

Ao longo da história, a comunidade internacional a partir do período pós-guerra preocupou-se em obter vários avanços, principalmente na esfera da tecnologia e inovação, em que pese essa busca tivesse gerado significativos benefícios no campo da economia e da segurança, nem todos os países alcançaram o desenvolvimento de forma equitativa.

Com o intuito de reconstruir os países europeus afetados gravemente pelas guerras mundiais, os Estados Unidos (EUA) criaram um programa de assistência econômica, o Plano Marshall foi o primeiro grande instrumento que financiou a implantação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) (LIMA; CAMPOS e NEVES, 2014). Os recursos do plano eram gerenciados pela Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE).

Essa cooperação correspondia aos aspectos financeiros da ajuda internacional. No entanto, sua real finalidade não tinha um teor altruísta, uma vez que buscava atender aos interesses americanos no cenário político, econômico e comercial. Para os EUA o plano trazia vantagens no nível doméstico ao promover prosperidade interna e internacional ao estreitar os laços com a Europa com o intuito de tê-la como aliada no contexto do equilíbrio de poder bipolar da Guerra Fria<sup>7</sup> (SIMON, 2011).

---

<sup>7</sup> Conflito bipolar político, ideológico, tecnológico, militar e social que emergiu após o fim da Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética. Suas principais características são as corridas armamentista e espacial, a espionagem, disputas tecnológicas.

No que tange o tema de cooperação técnica, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*<sup>8</sup>, sigla em inglês *United States Agency for International Development*), criada em 1961 pelo Decreto de Assistência Externa, pelo presidente Kennedy, foi a grande propulsora de projetos de desenvolvimento nos setores da economia, política, agricultura, saúde e assistência humanitária.

No período de 1960 até o final do século XX alguns atores Estatais eram considerados tradicionalmente doadores enquanto outros eram receptores. Os primeiros mais desenvolvidos, eram os países do Norte do globo, os quais praticavam uma cooperação assistencialista, formalmente denominada de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), no outro lado estavam os países de “Terceiro Mundo”, beneficiários dessa cooperação internacional.

A linguagem que traduzia essa dinâmica era a “assistência humanitária internacional”. Entretanto, nas últimas décadas, alguns países que eram considerados receptores de ajuda passaram a ser também doadores (SOUZA, 2014, p.11). Reestruturou-se, então, principalmente no final do século XX e início do século XXI um novo conceito de ajuda internacional para o desenvolvimento.

Dessa forma, a assistência internacional passa a ser, em muitas regiões do globo, cooperação internacional, a qual se caracteriza como vantagens mútuas. Novos atores tanto de países doadores (tradicionais ou emergentes) quanto de países receptores tem suas motivações próprias que ultrapassam a humanitária e a moral, ou seja, fazem acordos visando seus próprios interesses, seja na perspectiva econômica, política, ambiental ou social (MILANI, 2014 apud DEGNBOL-MARTINUSSEN e ENGBERG-PEDERSEN, 2003).

Esse é um aspecto que deve ser levado em consideração, haja vista que novas percepções sobre o conceito e a prática da cooperação internacional para o desenvolvimento foram surgindo. A valorização das capacidades institucionais dos países predominantemente receptores tornou-se pauta de reuniões da comunidade internacional, ponto esse levantado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em 1972, em Estocolmo.

Um novo despertar apareceram com questionamentos críticos sobre o papel da cooperação para o desenvolvimento. No evento em apreço chegaram-se às

---

<sup>8</sup> A *United States Agency for International Development* (USAID) é um órgão do governo norte-americano designado para propor colaboração à política externa contribuindo para o desenvolvimento de outros países.

conclusões que a cooperação Norte-Sul não mais seria o objeto das relações de ajuda mútua, mas que esta fosse feita sob “condicionalidades”, as quais os países que quisessem receber ajuda internacional submeteriam-se às regras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, bem como deveriam abrir suas economias nacionais ao comércio internacional (MILANI, 2014, p. 42)

Com o fim da Guerra Fria, o cenário internacional passou de bipolar para multipolar, e o que antes era predominantemente focado em estratégias de segurança e de desenvolvimento passou a ser diluído entre as diversas responsabilidades demandadas por outros Estados poderosos (SATO, 2000).

Esse novo reordenamento internacional influenciou na agenda de cooperação internacional com a introdução de novos temas. Nesse sentido, Sato ao descrever sobre a agenda internacional depois da Guerra Fria, afirma:

Os temas globais, que não podem ser abordados individualmente pelos países, têm se revelado cada vez mais críticos para as sociedades e também tem incluído um número crescente de países criando novas instâncias multilaterais. Meio ambiente, clima, narcotráfico e telecomunicações são apenas alguns entre os vários temas cujo tratamento não pode ser dissociado de sua dimensão internacional.

Em consonância com essa abordagem, novos atores começaram a ganhar destaque na comunidade internacional (países em desenvolvimento), além da maior aproximação dos Estados às instituições não governamentais, como as ONGs e a sociedade civil organizada.

A cooperação internacional promovida por outros países (Brasil, por exemplo) distintos das grandes potências ganhou relevância, principalmente na modalidade “cooperação técnica”, uma vez que a transferência de conhecimentos, de experiências e de políticas públicas são consideradas bem sucedidas devido a sua tendência a transformar a realidade social e econômica de uma determinada sociedade.

### 2.2.3 A experiência brasileira: a ABC

A cooperação internacional brasileira iniciou em meados da década de 1950 primeiramente realizando trabalhos de assistência técnica internacional com foco na estruturação de instituições pública (ministérios, autarquias, empresas públicas) e no planejamento de infraestruturas econômicas. Essa fase perdurou até

1985, dando lugar então a uma nova pauta de cooperação decorrente da nova Constituição (CF-1988).

Debates relativos aos direitos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente foram tratados como prioridades nas principais conferências internacionais. Nesse contexto, o artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 afirma “que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (BRASIL, 2017, p.4).

A cooperação internacional tem passado por grandes transformações ao longo dos anos, haja vista que a sociedade de um modo geral, bem como a tomadas de decisões realizadas pelos entes governamentais também passam por mudanças, seja com vistas a solucionar problemáticas internas ou para tratar de questões complexas relativas a temas consubstanciados para além de suas fronteiras.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a cooperação técnica internacional no eixo global Norte-Sul foi amplamente realizada com o intuito de restabelecer os países afetados pelos conflitos e para estimular o desenvolvimento dos menos industrializados (ALMINO, 2017, p.19). Com o passar dos anos, a partir de 1970, os países em desenvolvimento passaram a realizar acordos internacionais sob uma nova perspectiva, a Cooperação Sul-Sul (CSS). Entende-se por cooperação técnica:

Transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.<sup>9</sup>

Alinhada a essa agenda internacional foi criada, em 1987, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) com a finalidade de coordenar, executar e avaliar as formas como o Governo brasileiro realiza cooperação internacional, seja ela recebida do exterior, tanto na sua forma bilateral (convergente com aportes técnicos de países mais desenvolvidos) ou multilateral (com organismos internacionais somados as capacidades nas instituições brasileiras) seja ela prestada a outros países em desenvolvimento (cooperação Sul-Sul).

---

<sup>9</sup> BRASIL. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores, 2019. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em 30 abr. 2019

A cooperação técnica internacional segundo a ABC é conceituada como:

Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico de forma a sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, bem como para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento (BRASIL, 2014, p.9).

Essa intervenção abordada no texto requer que os atores cooperantes tem de forma clara a forma como deseja realizar seus projetos e cooperação, uma vez que sem essa informação o resultado final, ou seja, a contribuição para o desenvolvimento, pode ficar comprometida.

A cooperação internacional brasileira tem sido realizada em 04 eixos: cooperação técnica voltada para o desenvolvimento de capacidades por meio de aporte de conhecimento (e.g. transferência de tecnologia, experiências, práticas, etc.); cooperação financeira, relacionada à concessão, em condições privilegiadas, de recursos financeiros (operação de crédito concessional) ou doações (não reembolsáveis); cooperação científica e tecnológica, a qual apresenta intercâmbio de informações e de documentação científica, intercâmbio de cientistas, pesquisadores, etc.; e a cooperação educacional caracterizada por formação de recursos humanos por meio de bolsas de estudo ou disponibilização de vagas em centros de estudo.<sup>10</sup>

Esse tipo de atividade tem sido amplamente difundida na política externa brasileira, haja vista a sua capacidade de contribuir de forma significativa no desenvolvimento de outras nações. A ABC define a cooperação técnica como:

Um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Para contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico, a CTI enseja a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançar-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes (consubstanciados em um Documento de Projeto), em um tema específico.<sup>11</sup>

Essa cooperação internacional promovida pelo Governo brasileiro tem em seu arcabouço a participação de várias instituições, dentre elas as militares, as quais tem promovido significativas transformações sociais como vistas a seguir.

---

<sup>10</sup> BRASIL. **Capacitação em Cooperação Técnica Internacional**. ABC/MRE. Distrito Federal, 2017

<sup>11</sup> Ibid. 09

### 2.3 Principais contribuições da cooperação internacional

A cooperação internacional, como visto anteriormente, iniciou como um reflexo da situação deplorável em que se encontrava a Europa após a Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall, considerado um precursor da cooperação internacional, executado pelos Estados Unidos em 1948, teve como finalidade reconstruir a Europa sob dois pilares: econômico/comercial e geopolítico (evitar que o comunismo “contaminasse” o oeste europeu). Para gerenciar esse plano criou-se a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que em 1961 deu lugar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual tinha objetivos que não fossem estritamente europeus.

Com o passar dos anos e para atender à demanda de países que necessitavam do apoio da comunidade internacional para restabelecer a sua normalidade, foi criado o Grupo de Assistência para o Desenvolvimento (GAD) que, posteriormente, foi substituído pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD).

Ao longo dos anos, muito têm sido os benefícios produzidos através da cooperação internacional, seja para o ente doador ou para o receptor. Essas vantagens podem ser vistas em todos os atores envolvidos\_ instituições governamentais, organismos internacionais e, sobretudo, a população que depende diretamente da qualidade dos serviços oferecidos pelos mesmos, como é o caso dos corpos de bombeiros militares.

Geralmente, países com potencial papel de doador traduz alguns fatores positivos em relação a outros atores do sistema internacional: economia favorável, tecnologias relativamente avançadas e recursos humanos especializados. Esses fatores são suficientes para que outras nações se interessem em fazer acordos de cooperação internacional, sobretudo, cooperação técnica.

Os acordos de cooperação técnica internacional tem sido frequentes em várias instituições governamentais. No Brasil, um dos órgãos que tem ganhado destaque no que diz respeito a esse tema é o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Acordos firmados entre essa instituição e corpos de bombeiros de outras nações tem demonstrado significativa relevância para ambos, tanto para quem recebe a capacitação quanto para quem oferta o conhecimento.

Essa é uma das principais características da cooperação, pois tem demonstrado que esse tipo de comportamento é uma importante ferramenta de

desenvolvimento para toda sociedade, tendo em vista que todos ao produzirem esforços responsáveis para o bem-comum possuem uma tendência a obter resultados positivos.

Na ponta dos que se beneficiam dos acordos de cooperação técnica internacional está a sociedade, principalmente as comunidades vulneráveis às ameaças naturais como abalos sísmicos, tsunamis, inundações e ciclones. Quando uma comunidade recebe capacitação, ela se torna mais preparada para responder aos desastres, ou seja, ela passa a ser uma comunidade mais resiliente ante aos fenômenos naturais extremos e, em decorrência disso, os índices de perdas e danos resultantes dessas ameaças ficam cada vez menores.

### 2.3.1 Mudança de paradigmas na cooperação internacional

Promover cooperação internacional tem sido um importante reflexo de quanto o país doador é capaz de gerenciar seus desafios domésticos ao passo que lida com questões complexas relativas à política internacional. O Governo brasileiro ao adotar a cooperação internacional como um instrumento relevante de desenvolvimento, tem se destacado como doador emergente desde o início do século XXI.

Segundo o relatório do Programa Mundial de Alimentos (PMA), divulgado em 2012, o Brasil encontrava-se entre os cinco maiores doadores de alimentos junto com Estados Unidos (EUA), Canadá, Japão e China.<sup>12</sup> Para além da doação de alimentos em parceria com o governo da Espanha sob a coordenação do PMA, mais de 50 mil militares brasileiros envolveram-se em cerca de cinquenta missões de paz na ONU<sup>13</sup> no Haiti, Líbano, Sudão do Sul, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Chipre e Saara Ocidental, nesse cenário ressalta-se aqui o comando militar brasileiro (BRASIL, 2016, p. 156).<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Erbenia Lourenço. **A ajuda alimentar humanitária do Brasil: como um país periférico se destaca em meio a atores centrais?** Disponível em: < [http://www.faculadadedamas.edu.br/externos/posts/files/OLIVEIRA%20GT%2002\(1\).pdf](http://www.faculadadedamas.edu.br/externos/posts/files/OLIVEIRA%20GT%2002(1).pdf). Acesso em: 22 mai. 2019.

<sup>13</sup> Ministério da Defesa. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>. Acesso em: 22 mai. 2019

<sup>14</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (2011-2013)**. Disponível em: < [file:///C:/Users/55989/Downloads/160926\\_livro\\_cobradi\\_2011\\_2013-2.pdf](file:///C:/Users/55989/Downloads/160926_livro_cobradi_2011_2013-2.pdf). Acesso em: 22 mai. 2019.

Essas atividades exercidas e coordenadas tanto por organismos internacionais quanto por instituições governamentais brasileiras possibilitaram ao Brasil maior credibilidade no cenário internacional. Desde o início da década de 1990, o Brasil iniciou um novo canal de abertura para acordos internacionais com países da América do Sul, América Latina, Caribe e África. As aproximações com países dessas regiões têm várias origens, desde a identidades culturais comuns até a atuação nos processos de manutenção de paz.

A perspectiva de acordos entre países em desenvolvimento tem origem nas décadas de 1950 e 1960 e surgiu da crítica do aspecto característico inicial da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), a qual tinha o perfil peculiar de assistencialismo vertical em que países ricos doam recursos aos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

Diante desse objetivo de olhar para a cooperação de modo distinto do assistencialismo promovido pela CID, o governo brasileiro demonstrou interesse em realizar cooperação horizontal ou Cooperação Sul-Sul (CSS), como hoje é chamado esse tipo de acordo entre os países do Eixo Sul. Esse novo olhar da CSS tem princípios diferentes da CID, a saber:

Respeito à soberania dos Países em Desenvolvimento (PED); não interferência em assuntos internos nos países que recebem cooperação; horizontalidade (referem-se mutuamente como parceiros, e não como doador e receptor); e ganhos mútuos entre os cooperantes.<sup>15</sup>

Além desses princípios da Cooperação Sul-Sul que o Brasil tem se destacado, sobretudo, no início do século XXI, os países cooperantes indicam de modo enfático o aspecto da solidariedade como um agente motivador dessas aspectos e não aceitam nada que diferem da cooperação voltada para a promoção do desenvolvimento (CORRÊA, 2010 apud TOMANZINI, 2017).

Esses princípios proporcionam uma série de ações que os países em desenvolvimento têm realizado como: compartilhamento de tecnologias e de recursos, além da formação de agentes multiplicadores do conhecimento especializado em diversas áreas em que um dos atores tem *expertise*.

---

<sup>15</sup> TOMAZINI, Rosana Correa. **Cooperação Internacional e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão**. Revista Carta Internacional; Belo Horizonte, v.12, 2017, p 28-48.



Sob a luz da Cooperação Sul-Sul, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) define a estratégia do Brasil para esse fim como:

Centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros.<sup>16</sup>

O que insere-se nesse contexto, segundo a ABC, o Brasil tem acordos de cooperação técnica internacional que já beneficiou 58 países em desenvolvimento nas áreas de agricultura (produção agrícola e segurança alimentar), capacitação profissional, desenvolvimento urbano, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidentes de trabalho, comércio exterior e direitos humanos.

A Cooperação Sul-Sul realizada pelo Brasil possui quatro modalidades: Cooperação Técnica Sul-Sul Bilateral (ambos os parceiros são países em desenvolvimento); Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral (esta possui três modalidades \_entre países em desenvolvimento, dois países que cooperam entre si e mais um desenvolvido, e, por último, o Brasil, um país em desenvolvimento e um organismo internacional\_; Cooperação Sul-Sul em Bloco (Mercado Comum do Sul, União de Nações Sul-Americanas e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul); Cooperação Sul-Sul Descentralizada (a cooperação se dá entre dois ou mais entes subnacionais \_estados, províncias, condados e etc.)<sup>17</sup>.

O Governo brasileiro, por meio da ABC, tem se esforçado para viabilizar a promoção da cooperação técnica internacional. Nesse sentido, a ABC elaborou um manual que contém “orientações abrangentes e padronizadas para a concepção, negociação, aprovação, execução, acompanhamento e avaliação de iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul” (BRASIL, 2013, p 11).

O Brasil realiza cooperação internacional antes mesmo da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em 1987, no entanto, após o estabelecimento dessa agência governamental, as relações entre as diversas instituições brasileiras e outros países e organismos internacionais tem se fortalecido

<sup>16</sup> Informação extraída do sítio eletrônico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

<sup>17</sup> Brasil, Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão de Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília, MRE, 2013.

cada vez mais. Boa parte desse estreitamento se deve ao aumento de investimentos no âmbito doméstico que vem possibilitando ao Brasil ser referência em muitas áreas do conhecimento, por exemplo, conhecimentos técnicos pertinentes aos setores de atividades realizadas pelos corpos de bombeiros militares.

Sob esse ponto de vista, o Brasil tem executado projetos de cooperação internacional no âmbito técnico e humanitário, seja na preparação ao desastre, como as capacitações em técnicas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) ministrada a outros países em desenvolvimento como realizado na República Dominicana de forma bilateral ou trilateral (participação da Cruz Vermelha Brasileira como organismo internacional), ou mesmo na resposta ao desastre como o envio de tropas brasileiras ao Haiti, em 2010, em decorrência do terremoto.

### 2.3.2 Fortalecimento das capacidades nacionais.

Todos os atores envolvidos em acordos de cooperação internacional têm a oportunidade de adquirir benefícios ao realizá-los. Durante esses acordos, conhecimentos são atualizados, tecnologias são compartilhadas, trocas de experiências são feitas e o sentimento de solidariedade torna-se cada vez mais presente em todas as instituições que se propõem em elevar o desenvolvimento próprio e de outrem, fato que fortalece a promoção dos direitos humanos.

No Brasil, a instituição militar que tem se destacado em suas atividades de cooperação técnica internacional é o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o qual tem realizado Cooperação Técnica internacional com vários países tanto do Hemisfério Norte quanto do Sul, seja como receptor seja como doador. Ao conceituar Cooperação Técnica (CT), Carlos Lopes descreve<sup>18</sup>:

Processo formulado para criar e disseminar conhecimento humano como resultados esperados de desenvolvimento em todos os níveis da sociedade. CT inclui tanto concessões a pessoas de países receptores em termos de educação ou treinamento em seu país de origem ou no exterior, quanto pagamento a consultores, professores e administradores que prestam serviços nos países receptores.

---

<sup>18</sup> LOPES, Carlos. **Cooperação para o desenvolvimento: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo, UNESP, 2005.

Em consonância com a descrição acima, em julho de 2012, o CBMDF, por meio da ABC, realizou um acordo de cooperação técnica com o Governo da República Dominicana cujo teor era o compartilhamento de conhecimentos em “Técnica em Comando de Incidentes (SCI), Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) e Atendimento Pré-Hospitalar (APH)” com a finalidade de apoiar o Governo dominicano na obtenção do seu “*empowerment*”<sup>19</sup> ante aos eventos adversos.

O território da República Dominicana é golpeado regularmente por furacões, inundações, deslizamentos de terra, secas, incêndios florestais, tsunamis e terremotos. Localizado no “pequeno anel de fogo”, desde a década de 1960, mais de 2000 fenômenos pequenos, médios e grandes tem afetado o país.

Sob esse panorama urgiu-se obter conhecimentos para fortalecer as capacidades de resposta da população dominicana por meio do intercâmbio de conhecimentos oferecido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades da equipe brasileira.

O acordo de cooperação internacional justificou-se pela *expertise* do Centro de Treinamento Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CETOP/CBMDF) em técnicas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) fundamentado nos padrões das Nações Unidas e do Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate das Nações Unidas (*INSARAG*, sigla em inglês)

O CBMDF realiza acordos de cooperação internacional desde a década de 70 e 80, mas em 2011 foi criada a Assessoria para Acordos de Cooperação (ASCOP) mediante Portaria nº 52 de 13 de julho de 2011, a qual em seu art. 4 descreve como objetivo:

Estabelecer parcerias em busca de oportunidades de cooperação e captação de recursos que contribuam para integrar o esforço de desenvolvimento da informação em ciência e tecnologia de segurança pública, bem como o intercâmbio e disseminação da informação e cultura científica e tecnológica de bombeiro.

---

<sup>19</sup> “*Empowerment*” conceitua-se como processo de aquisição de controle e compreensão acerca dos direitos por meio do qual é possível assumir a condição de agente. Trata-se do método de aumentar a capacidade de indivíduos ou grupos...” Fonte: LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: UNESP, 2018, p. 178.

Dentre as atribuições da ASCOP, o que compete no quesito internacional suas principais atribuições são coordenar e executar a política de cooperação do CBMDF, organizar programas de intercâmbio e missões internacionais, detectar e promover iniciativas para captação de recursos a partir de programas conjuntos com entidades internacionais e, principalmente, promover e facilitar o diálogo com organismos internacionais com vistas a estabelecer acordos de cooperação técnico-científica e intercâmbio de experiências e informações.<sup>20</sup>

Os maiores benefícios da cooperação para o CBMDF tem sido, segundo as palavras do chefe da ASCOP, Major Efraim:

A troca de experiências e de tecnologias no que se refere aos atendimentos às emergências, assim como estabelecer o fortalecimento das relações entre o CBMDF e os Agentes Internacionais. Da mesma maneira que realizar parcerias com instituições públicas e privadas com o objetivo de potencializar a capacitação. (informação verbal).<sup>21</sup>

A atuação do CBMDF no que concerne a cooperação internacional está em conformidade com o Decreto 9.683, de 9 de janeiro de 2019, o qual apresenta em seu artigo 30 as competências da ABC:

À Agência Brasileira de Cooperação compete coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento.<sup>22</sup>

Ao realizarem essa prática ambos obtêm vantagens, os entes que recebem o conhecimento elevam o nível da sua capacidade de atuação e o ator provedor da capacitação técnica, o qual prima por elevar seus conhecimentos.

A busca incansável para atualização dos conhecimentos técnicos especializados otimiza a qualidade dos atendimentos nos sinistros que ocorrem no interior do próprio território brasileiro. Essa capacidade de resposta é reconhecida não só pelos nacionais, mas também pela sociedade internacional, fato esse que contribui para atuação da tropa em missões humanitárias internacionais.

---

<sup>20</sup> Portaria nº 52 de 13 de julho de 2011

<sup>21</sup> Informação fornecida pelo Major QOBM/Comb Efraim Miranda Lima, chefe da Assessoria de Relações Internacionais – ASCOP/CBMDF, em abr de 2019.

<sup>22</sup> Decreto 9.683, de 9 de janeiro de 2019

Além disso, quando equipes da segurança pública se dedicam a desempenhar suas atividades com a mais alta qualidade e, muitas vezes valem da cooperação internacional para isso, cria-se um cenário o qual quem recebeu o conhecimento torna-se capaz de compartilhá-los com instituições de outros países em desenvolvimento, o qual também necessita desenvolver-se. Nessa rede de informações a população, sobretudo, as localizadas em áreas de risco, são as maiores beneficiadas, pois são os primeiros a depender dos serviços de equipes especializadas.

Os organismos internacionais governamentais e não governamentais em comum acordo com as Nações tem cooperado entre si para lograr uma redução significativa das perdas e danos ocasionados pelos desastres, bem como tem se reunido para compartilharem suas tecnologias e conhecimentos com o intuito de fortalecer suas capacidades de resposta antes aos sinistros a exemplo dos colapsos estruturais de edificações e combate à incêndios.

Elevar os níveis de atendimento à população está intimamente relacionado à disposição e a qualidade dos recursos humanos e materiais dos órgãos de resposta. Isso significa dizer que o grau de exigência das instituições deve ser ótimo a ponto de que investir na obtenção desses processos seja um objetivo primordial das corporações para que a missão “*Alienam Vitam et Bona Salvare*”<sup>23</sup> seja cumprida a contento.

No que se refere a esse objetivo, firmar acordos de cooperação entre corpos de bombeiros militares brasileiros e equipes de resposta aos desastres de outros países tem contribuindo de forma significativa para elevar suas capacidades nos atendimentos à população.

Um exemplo claro de resultados da estreita relação entre instituição militar estadual, CBMDF, e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (*JICA*, sigla em inglês para *Japan International Cooperation Agency*). Em 1970, um acordo de cooperação possibilitou as construções da Academia de Bombeiros Militar, das torres treinamento Tóquio (Figura 1) e Yokohama (Figura 3), inauguradas em 1984 e 1982, respectivamente, e do laboratório voltado para atividades elétricas e químicas, onde

---

<sup>23</sup> Lema dos bombeiros militares que significa “Vidas alheias e riquezas salvar”. **Corpo de Bombeiros Militar de Goiás**, 2014. Disponível em: < <https://www.bombeiros.go.gov.br/noticias/corpo-de-bombeiros-militar-promove-entrega-do-espada-dom-pedro-ii-3.html>. Acesso em 04 mai. 2019.

são realizados experimentos que contribuem para a construção do conhecimento na área de Perícia de Incêndio (CBMDF, 2016).

Figura 2 – Torre Tokyo localizada no Centro de Treinamento Operacional (CETOP) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).



Fonte: CBMDF

Figura 3 – Placa de inauguração da Torre Tokyo localizada no Centro de Treinamento Operacional (CETOP) do CBMDF.



Fonte: 2ºSgt CBMDF Valdério.

Figura 4 – Torre Yokohama localizada no Centro de Treinamento Operacional (CETOP) do CBMDF.



Fonte: 2ºSgt CBMDF Valdério

Figura 5 – Placa de inauguração da Torre Yokohama localizada no Centro de Treinamento Operacional (CETOP) do CBMDF.



Fonte: 2ºSgt CBMDF Valdério

A partir de então, o CBMDF recebe equipes de bombeiros, de polícias, militares das forças armadas, socorristas de vários estados brasileiros com o intuito de se capacitarem em conhecimentos de busca e salvamento, de resgate em altura e de combate a incêndio nas instalações do Centro de Treinamento Operacional (CETOP) do CBMDF.

Exemplo desse fato ocorreu em 2011, quando o CBMDF recebeu parte da equipe de resposta da Defesa Civil da República Dominicana e da Cruz Vermelha Brasileira com o intuito de promover capacitação em “Instrutor de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas Nível Leve” (BREC – Instrutor) (Figuras 6,7,8,9 e 10).

Figura 6 – Equipes do CBMDF, Cruz Vermelha Brasileira e da Defesa Civil da República Dominicana no CETOP/CBMDF.



Fonte: equipe do CBMDF



Figura 7 – Equipes do CBMDF, da Cruz Vermelha Brasileira e da Defesa Civil da República Dominicana recebendo instrução teórica em sala de aula do CETOP/CBMDF.



Fonte: a autora.

Figura 8 – Equipes do CBMDF, da Cruz Vermelha Brasileira e da Defesa Civil da República Dominicana realizando atividade física no CETOP/CBMDF.



Fonte: a autora.

Figura 9 – Equipes de Defesa Civil da República Dominicana realizando a “Técnica da Dobradiça” na torre Yokohama no CETOP/CBMDF.



Fonte: equipe do CBMDF

Figura 10 – Equipes do CBMDF, da Cruz Vermelha Brasileira e da Defesa Civil da República Dominicana no encerramento da capacitação na sala de aula do CETOP/CBMDF.



Fonte: equipe do CBMDF

Essa capacitação aconteceu após bombeiros do CBMDF terem ido ao país caribenho com o objetivo de para capacitá-los na formação de BREC. No entanto, para dar seguimento a esse projeto de fortalecimento à preparação e resposta a desastres, foi necessário que eles viessem a tornarem-se instrutores chancelados pelo Grupo Consultivo de Busca e Resgate (*INSARAG*, sigla em inglês para *International Search and Rescue Advisory Group*), pelo Escritório de Assistência Desastres no Exterior (*OFDA*, sigla em inglês para *Office of Foreign Disaster Assistance*). Essa chancela os autoriza a ministrarem esses conhecimentos em seu país ou a qualquer outro que esteja necessitando de capacitação.

Essa capacitação em “BREC Instrutor” significou uma importante contribuição brasileira ao formar agentes multiplicadores de conhecimento em outras nações, as quais muitas vezes estão vulneráveis aos eventos extremos como os terremotos. Após essa cooperação técnica internacional, “a República Dominicana formou 330 profissionais, dentre eles 21 instrutores e 309 técnicos em resgate” (BRASIL, 2019, p 2)<sup>24</sup>.

Em contrapartida, capacitar equipes de resgate em outros países gerou um aprendizado à equipe brasileira, tendo em vista que essas experiências contribuem para que a tropa esteja em constante atualização de conhecimentos, o que eleva o nível da sua capacidade de responder às necessidades da própria sociedade nacional.

Além disso, esse acúmulo de experiências vivenciadas pela Assessoria Internacional do CBMDF tem contribuído para cursos de negociação de projetos de cooperação internacional realizados no Brasil pela Unidade Técnica de Cooperação Internacional do Governo do Distrito Federal (GDF).<sup>25</sup>

Esses relatos contribuem para afirmar que a cooperação técnica internacional é uma importante ferramenta de fortalecimento das capacidades locais, fato que promove desdobramentos em maior proteção à população local e, por conseguinte, eleva a credibilidade da instituição no país como apresentado no relatório da missão de prospecção realizada em 2019 pela ABC junto a equipe do CBMDF:

O Sub-diretor da Defesa Civil dominicana reconheceu que após as capacitações recebidas pelo Brasil, o índice de credibilidade da instituição havia aumentado no país. De acordo com o Sub-diretor, pesquisa recente

---

<sup>24</sup> ABC. **Relatório de Missão SEDI/OEA – ABC – República Dominicana**. Brasília, 2019.

<sup>25</sup> Ibid 23

demonstrou que a Defesa Civil local é a segunda instituição dominicana com maior credibilidade social no país, com 76% de confiança. Apenas a igreja católica figuraria à frente da referida instituição.

Além das missões pontuais de cooperação técnica internacional Sul-Sul, foram realizadas capacitações em Atualização de Gestão de Risco de Desastres promovidas pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil em diversos estados brasileiros, dentre eles o Estado do Maranhão.

Essa capacitação, realizada em 2014, promovida pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão (CPDEC/MA), possibilitou que especialistas de diversos municípios recebessem conhecimentos com objetivo de tornarem-se aptos a promoverem suas próprias ações de prevenção, preparação, resposta, mitigação e reconstrução no âmbito dos desastres.

Compartilhar conhecimentos relacionados a desastres com vistas a reduzir a vulnerabilidade das cidades é de suma importância para assegurar a integridade da sociedade, bem como proporcionar o acesso seguro aos serviços essenciais (saúde, educação e etc).

## **2.4 A importância da gestão nas atividades de cooperação humanitária e técnica internacionais**

A cooperação internacional não pode limitar-se a mera expressão de vontade política da administração pública. Uma atividade realizada em territórios estrangeiros, das mais simples às mais complexas, das planejadas às emergenciais, exige profundo conhecimento da realidade local de modo que a cooperação não seja um problema, mas que seja uma ferramenta que contribua para o desenvolvimento local.

Esse é um ponto a ser levado em consideração por todas as instituições que exercem ou planejam exercer projetos de cooperação internacional. Caso contrário, as instituições terão problemas de caráter logístico, político e econômico, como aconteceu no Haiti em 2010, quando o país foi palco de intensa atividade de cooperação internacional em resposta ao terremoto.

No entanto, esse tipo de problema pode ser evitado quando os atores envolvidos primam por incluir uma gestão efetiva nas ações internacionais com base

nos princípios de ferramentas organizacionais eficientes como o Sistema e Comando de Incidentes (SCI) e, nos casos específicos de cooperação técnica internacional, a utilização do Manual de Cooperação desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No que diz respeito às respostas emergências prestadas em outros países, o fator logístico deve ser item prioritário antes de qualquer ação a ser executada. Na ocasião do terremoto no Haiti em 2010, instituições de resgate e Organismos Internacionais Não-Governamentais (OINGs) geraram graves problemas para as instituições locais e até mesmo para instituições provenientes do mesmo país.

Exemplos como esse contribuem para que todos os atores envolvidos coloquem em sua pauta a importância do credenciamento junto aos principais organismos internacionais de resposta a desastres, como as agências especializadas em coordenação de assuntos humanitários das Nações Unidas ou qualquer outro organismo internacional regional que seja responsável por gerenciar uma resposta humanitária emergencial.

Seja qual for o tipo de cooperação internacional (técnica ou humanitária) programas empregados de forma responsável são motivos para que as atividades sigam de forma contínua respeitando além da logística necessária para o emprego dos recursos utilizados, as características intrínsecas dos locais onde a cooperação é prestada.

#### 2.4.1 Logística nas ações de cooperação humanitária internacional

Realizar atividades em outras nações, as quais possuem identidade nacional própria, cultura, idioma, consciência nacional comum, entre outros fatores que integram características de um povo, requer que os programas de cooperação internacional (técnica ou humanitária) sejam cuidadosamente planejadas, pois trata-se de execução de trabalhos em uma outra pátria, e “é a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais” (CATROGA, 2008).

Essa perspectiva sempre deve ser levada em consideração nas ações de cooperação internacional, pois sob esse cuidado é que se evita que os governantes possam chegar à conclusão de que não estão realizando uma boa escolha ao abrir suas fronteiras para outras nações ou organismos internacionais.

Os objetivos de uma assistência humanitária internacional prestada à uma comunidade ou nação que esteja em situação de vulnerabilidade é contribuir para o restabelecimento da sua normalidade, logo, qualquer trabalho com viés contrário a isso causará problemas. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) define Assistência Humanitária Internacional (AHI), como:

Toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir, mitigar o sofrimento auxiliar outro país ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população” (SCHIMTZ, LIMA e SOMAIO, p. 54, 2010).

Alinhadas à essa definição, as ações internacionais devem ser realizadas com objetivos muito mais além do que um mero cumprimento da expressão da vontade política entre as partes. Na história da assistência humanitária, algumas vezes a técnica ficou como pano de fundo das ações e isso gerou muitos transtornos não só para quem se beneficiava da cooperação (país receptor), mas também para outras instituições que executavam seus projetos no mesmo país simultaneamente.

Entre 2005 e 2006, houve um terremoto no Paquistão que afetou 3,5 milhões de pessoas (75.000 mortos).<sup>26</sup> Uma região que já se encontrava fragilizada devido ao seu contexto histórico marcado por muitos conflitos com a Índia e que após esse fenômeno, a população tornou-se gravemente vulnerável.

Em resposta ao desastre, o governante estabeleceu um comando com o intuito de centralizar e monitorar as deliberações dos recursos. Todos os recursos que chegassem ao país deveriam entrar em comunicação com o Comissário Federal (FRC, sigla em inglês para *Federal Response Comissary*). No entanto, mesmo com o país estabelecendo um comando local, as agências de auxílio agiam por conta própria, realizando suas apurações do que era necessário, bem como “decidiam como seria a aquisição, distribuição e registro das doações e das demandas” (COSTA et al, 2015, p. 882).

Por mais esforços que tivessem sido empregados nessa operação humanitária, algumas regiões não receberam alimentos, suprimentos de cozinha, água, abrigo, roupa, materiais e ferramentas de construção. Isso aconteceu devido as

---

<sup>26</sup> Sérgio Ricardo Argollo da Costaa , Renata Albergaria de Mello Bandeiraa \*, Vânia Barcelos Gouvêa Camposa , Luiz Carlos Brasil de Brito MellobCadeia de suprimentos humanitária: uma análise dos processos de atuação em desastres naturais

“deficiências na aplicação dos modelos de distribuição, evidenciando a carência de mecanismos apropriados de rastreamento e controle dos fluxos de ajuda da fonte ao usuário final” (COSTA apud Benini et al., p.882, 2015).

Problemas desse gênero, em que várias instituições de resposta humanitária atuam em um mesmo cenário, porém, sem conversarem entre si, são ocasionados porque muitas vezes essas instituições não zelam por uma elaboração estratégica integrada e acabam por deixar de suprir as necessidades de comunidades que dependiam de suas atividades.

Por outro lado, a parcial descentralização de deliberações de recursos em situação emergencial otimizou a assistência humanitária, a exemplo do que ocorreu no Haiti em 2010. Nesse desastre foram estabelecidas duas redes de suprimentos de forma simultânea:

Redes Colaborativas (utilizavam bases de redes sociais locais existentes como: igrejas, clubes, escolas, entre outras) de Ajuda e Esforços Centrados em Agências (utilizavam centros operacionais onde concentram toda a operação de armazenagem e distribuição, quer através da coleta pelas vítimas, que por viagens roteirizadas para a entrega direta a elas) (ARGOLLO, p. 49, 2013).

Esse cenário era absolutamente caótico devido ao grave rompimento dos acessos a qualquer serviço devido ao comprometimento na infraestrutura do país. No entanto, mesmo com os distúrbios, houve uma complexa coordenação para assegurar que a logística humanitária fosse realizada.

Um dos principais atores que lideraram o gerenciamento do sinistro foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) com a participação das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) como o Programa Mundial de Alimentos (*WFP*, sigla em inglês de *World Food Program*) (BANDEIRA e MELO, 2015).

O papel dos militares da MINUSTAH no Haiti teve significativa relevância não só para coordenar o sistema de distribuição geral de alimentos nas regiões sob o seu controle, mas também ações socioculturais no momento de reconstrução do país:

Sessões de cinema ao ar livre para milhares de haitianos, distribuição de mais de 2 milhões de litros de água tratada nas bases, 2 mil kits de material escolar, além dos mobiliários para as escolas, conscientização de higiene por meio de palestras, prevenção do câncer de mama, doenças sexualmente transmissíveis, aleitamento materno, bem como o papel da mulher na sociedade (BRASIL, 2016).

Vale ressaltar que muitas ações da MINUSTAH são transferências de conhecimento, sobretudo, provenientes do Brasil, o qual é o maior contribuinte de tropas, além do seu comando militar, exercido desde 2004. Sua tropa exerce função para além das atividades de segurança; médicos, engenheiros e enfermeiros realizam não somente missões associadas às suas profissões, mas também de caráter social, como as elencadas acima,

Muitas tropas brasileiras estiveram em missões humanitárias ao longo dos anos em diversas partes do mundo. Algumas obtiveram sucesso, outras causaram problemas, principalmente para tropas de outras forças, uma vez que interferiram em suas logísticas humanitárias operacionais. A principal causa desses problemas foi a falta de coordenação com as instituições que já estavam realizando suas missões nesses locais.

Equipes de resgate provenientes de diversas nações se deslocaram até o Haiti, por ocasião do terremoto em 2010, com o intuito de contribuir com o resgate de milhares de pessoas. O país recebeu tantas equipes internacionais que foi necessário que seu aeroporto fechasse devido a desordem que o cenário se encontrava. A partir de então, militares norte-americanos e o Escritório de Assistência Internacional ao Desastre (*OFDA*, sigla em inglês para *Office of U.S Foreign Disaster Assistance*) assumiram o controle logístico do acesso externo àquele país que estabeleceu prioridades dos órgãos de resposta (FERNANDES, 2015), ou seja, somente as agências previamente credenciadas ao sistema de resposta humanitária das Nações Unidas estavam autorizadas a aterrissar.

Embora as agências internacionais de resposta tentassem realizar uma coordenação eficaz, segundo o relatório de missão da equipe de resgate do CBMDF, as ações não continham um planejamento prévio. Esse tipo de situação gerou uma série de desdobramentos: equipes brasileiras enviaram alguns profissionais sem qualificação técnica e, por não terem elaborado sua própria logística de suprimentos, as equipes de resgate dependeram dos recursos materiais da Marinha e do Exército Brasileiro, o que ocasionou problemas na administração dos recursos destas instituições.

Esses transtornos poderiam ter sido evitados se os organismos de resposta elaborassem suas estratégias de forma coordenada com comunicação prévia e com objetivos claros e alinhados, pois isso possibilitaria que todos alcançassem o mesmo



propósito de modo simultâneo sem que houvesse interferência externa de modo negativo em suas atividades.

#### 2.4.2 A gestão efetiva na cooperação técnica internacional

A cooperação técnica internacional é capaz de proporcionar o estreitamento de relações de povos distintos e com contextos históricos completamente diferentes. Isso acontece porque por mais que haja diversas dicotomias nos povos, existe um propósito em comum, o fortalecimento das capacidades em todos os níveis (nacional, estadual, municipal e local) e para todos os atores envolvidos.

Para a instituição que promove a capacitação há o seu fortalecimento intrainstitucional, pois à medida que seus projetos são desenvolvidos ela se torna co-responsável pela facilitação do conhecimento. Por outro lado, as equipes que recebem a capacitação tornam-se agentes multiplicadores capazes de exercerem em seu território seu poder de transformação ao reduzir a vulnerabilidade no local onde vivem.

No entanto, esses resultados, em que ambos se beneficiam, somente são possíveis de serem alcançados se houver uma gestão efetiva em cada projeto de cooperação. A cooperação precisa ser organizada de forma que produza, no mínimo, os resultados esperados.

Nessa perspectiva, em 2003 aconteceu o “Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda”, no qual foi produzida a Declaração de Roma. Em seu escopo foi apresentada a preocupação referente às instituições bilaterais e multilaterais em seu papel de “doador”, pois eram necessárias levar em consideração a importância de que políticas, procedimentos e práticas estivessem alinhados aos seus parceiros com vistas a assegurar a efetividade da cooperação para o desenvolvimento e contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>27</sup> (TOMAZINI apud OEDC, 2003 p. 34, 2017).

---

<sup>27</sup> Em 2010, signatários das Nações Unidas, reuniram-se para alinharem planos de trabalho que convergissem em reduzir a vulnerabilidade dos seus países. Para isso, cada país deveria criar estratégias para atingir oito objetivos: erradicar a pobreza e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Disponível em: < [https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015\\_PT.pdf](https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf) .Acesso em: 29 abr. 2019.

O foco dessa Declaração está era reforçar e fomentar a participação da sociedade civil na coordenação de ajuda no âmbito da cooperação internacional. Essa abordagem foi destacada em outras duas declarações posteriores, a Agenda de Ação de Acra e a Parceria de Busan para a Eficácia de Cooperação para o Desenvolvimento, de 2011. Além do enfoque no fortalecimento da sociedade civil, foram propostos acompanhamentos dos compromissos assumidos, mecanismos de monitoramento da ajuda; e reforçou a necessidade de parceria entre a sociedade civil e a iniciativa privada (TOMAZINI apud OEDC, 2001 p. 35, 2017).

Sob essa perspectiva, os países do Eixo Sul têm realizado acordos entre si e em parcerias com organizações de diversas esferas. No caso do Governo brasileiro, à medida que o país mudou o paradigma de receptor para protagonizar seus fluxos de intercâmbio internacional a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem se fortalecido de forma significativa (BRASIL, 2013).

Acordos realizados entre o Brasil e outros país do eixo sul antecedem o surgimento da ABC, em 1987, no entanto, a partir da sua criação e sistematização das suas ações, o Brasil tem ganhado mais destaque no cenário internacional, uma vez que essa organização tem reforçado a implementação dos projetos, muitos deles elaborados por iniciativas de instituições estaduais e municipais interessadas em realizar cooperação técnica.

Para auxiliar na gestão dessa cooperação de modo a reduzir a minimizar entraves em seu processo, a ABC elaborou o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, o qual possui “orientações abrangentes e padronizadas para a concepção, negociação, aprovação, concepção, aprovação, execução, acompanhamento e avaliação de iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul” (BRASIL, 2013, p. 11). Essa iniciativa proporciona aos atores que irão realizar a cooperação um panorama de como os programas poderão ser realizados, de modo que as falhas sejam facilmente identificadas e sanadas.

Os acordos de cooperação técnica também podem ser chamados de “Acordo Básico de Cooperação Técnica”, “Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento” ou Acordo-Quadro e é definido como um ato internacional que pode ser realizado entre o Brasil e um país parceiro ou entre o Brasil e um organismo internacional. Sob esse aspecto, Estados e municípios que desejam realizar esses acordos podem propor seus projetos à ABC por meio de Ajustes Complementares ou

Programas Executivos porem quem conclui é a União por intermédio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (Brasil, 2013).

Um projeto de Cooperação Técnica Sul-Sul segundo a ABC é definido como:

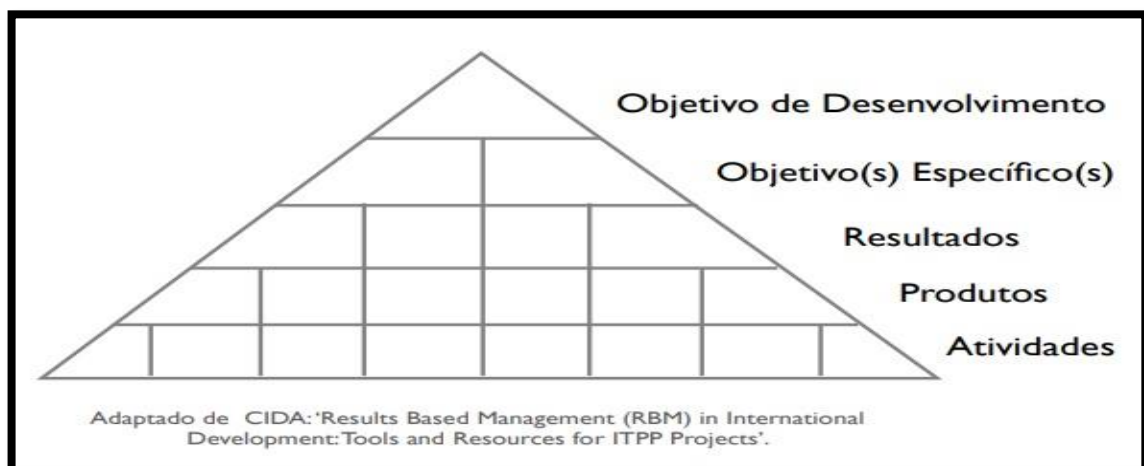
Uma ação planejada, com prazo definido, que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas. Sua finalidade é contribuir para um salto técnico qualitativo do país parceiro mediante a organização e o fortalecimento das capacidades locais de uma instituição, grupo de instituições ou segmentos específicos da sociedade, potencializadas pelo acesso a tecnologias, experiências e conhecimentos disponíveis em outros países em desenvolvimento (BRASIL, 2013, p. 18).

Sobre a importância de se ter clareza do que deve ser inerente à cooperação técnica a ABC afirma:

Sem a clareza sobre a natureza essencial da cooperação técnica – proporcionar um efetivo ganho socioeconômico com base no desenvolvimento de capacidades -, há o risco de o projeto ser tomado apenas como um roteiro e implementação de um conjunto de ações pontuais, sem o potencial de gerar efeitos duradouros de médio e longo prazo (BRASIL, p. 18, 2013).

Para que um projeto seja consistente, devem estar presentes elementos básicos para a elaboração de uma estrutura lógica de execução; esses elementos são divididos em dois grupos interligados, os meios e os fins: os primeiros correspondem aos insumos, atividades e produtos, os fins são os resultados, os objetivos específicos e os objetivos de desenvolvimento (Figura 10). Esses elementos podem ser visualizados em forma de pirâmide, conforme apresentado abaixo:

Figura 10 – Estrutura lógica no formato de pirâmide

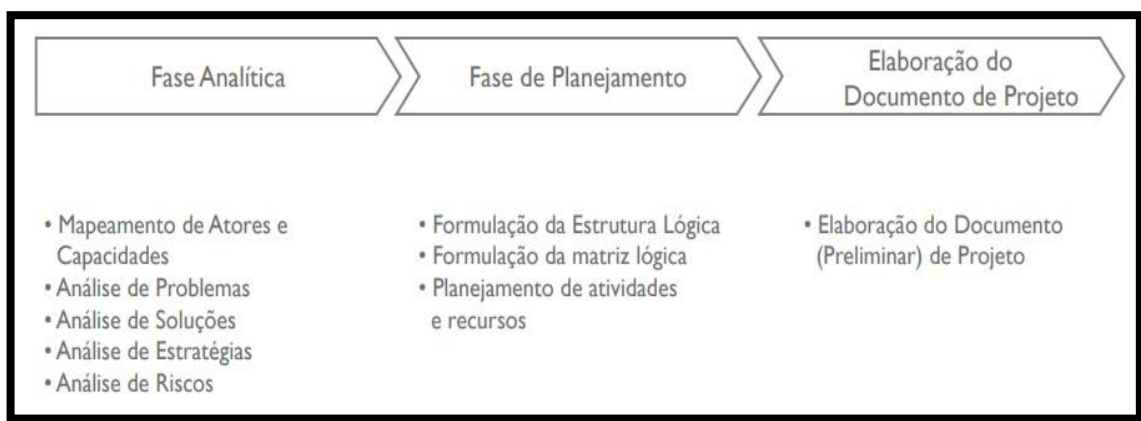


Fonte: ABC/MRE

O que conecta os componentes da pirâmide é a lógica do “se – então”, ou seja, é uma relação de causa e efeito.

Além da base conceitual que deve ser levado em consideração na composição de um projeto, a ABC apresenta três fases pertencentes ao processo de elaboração do mesmo. Esse processo possui três fases distintas: analítica, planejamento e elaboração do documento de projeto (Figura 11)

Figura 11 – As fases do processo de elaboração de projetos de cooperação técnica Sul-Sul.



Fonte: ABC/MRE

O Manual de Cooperação Técnica Sul-Sul propõe ações detalhadas para cada fase apresentada acima com a finalidade de que o processo de elaboração de iniciativas do projeto esteja bem fundamentado para evitar surpresas indesejáveis ao longo da execução do projeto.

A gestão de acordos internacionais cobra de forma subjetiva que a instituição cooperante tenha de forma clara o conhecimento das suas próprias capacidades. Isso exige um autoavaliação institucional permanente, a qual motiva o gestor a estar consciente das atividades a serem realizadas para possibilidade que a cooperação internacional aconteça.

Nesse sentido, incluir esse tema no processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição interessada em cooperar é o primeiro passo para fazer disso uma realidade.

### 3 METODOLOGIA

Os tipos de pesquisa foi pesquisa bibliográfica, por meio de livros, manuais, publicações em periódicos, trabalhos acadêmicos e pesquisa documental, nos quais foram analisadas legislações que formalizaram juridicamente acordos de cooperação técnica internacional e publicações que relataram o assunto ao divulgar ações isoladas de instituições que realizaram cooperação humanitária em outros países.

A pesquisa documental foi a principal abordagem escolhida em decorrência das fontes estarem predominantemente dispersas, característica desse tipo de pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013). O tema “cooperação internacional” ainda que defendido como uma prática positiva nas relações institucionais, a sua abordagem em trabalhos acadêmicos ainda é embrionária. Esse assunto tem sido tratado em grande parte por teóricos das relações internacionais e por militares dos corpos de bombeiros que defendem que suas instituições tem evoluído após incluírem esse assunto nos planejamentos estratégicos de suas corporações.

Além disso, para enriquecer o trabalho, foi realizada entrevista com profissional que executa cooperação internacional em sua instituição com a finalidade de analisar a influência da cooperação internacional no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).freit

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Muitas tem sido as razões pelas quais os países tem aproximado uns dos outros ao longo do tempo. O objetivo de obter mais recursos em locais diferentes dos seus não mudou muito conforme análise do contexto histórico das relações entre os Estados. Porém, a forma como isso foi alcançado é que se distingue em diferentes períodos da história.

Do conflito ao consenso, as nações ultrapassaram seus limites fronteiriços com o anseio de evoluírem-se. Algumas vezes pagaram um preço alto de perdas irreparáveis, como as milhares de mortes causadas pelas guerras mundiais, por outro lado, puderam salvar muitas vidas quando optaram por abrir suas fronteiras para que outros pudessem assisti-los em terríveis desastres, como foi no Haiti e no Paquistão.

A cooperação internacional demonstrou diversas vantagens para comunidade internacional, seja na forma humanitária, seja pelo viés técnico. Compreender que mesmo com as diferenças religiosas, políticas, econômicas ou sociais as nações são capazes de irem além da comunicação, ou seja, pode compartilhar seus conhecimentos e tecnologias, tem contribuído de forma significativa para a transformação das sociedades de um modo geral.

No início dessa prática a cooperação tinha um viés de ajuda, em que países mais desenvolvidos exerciam o papel de doador e as nações que se esforçavam para desenvolver-se assumiam o papel de receptor. No entanto, a medida que estas conseguiam fortalecer suas capacidades, tornaram-se capazes de cooperar com outras que talvez estivessem ainda a necessidade de receber apoio, principalmente, técnico para que fossem reduzidas sua dependência de ajuda externa quando atingidas, por exemplo, por algum fenômeno natural extremo, em que não pudessem responder com suas próprias capacidades.

Nesse sentido, muitas nações do eixo sul têm se dedicado em cooperar com outras do mesmo eixo, em uma relação bilateral, ou com a participação de um organismo internacional, relação trilateral, para que alcancem certo grau de independência. Por outro lado, a nação responsável por capacitar dedica-se em estar fortalecida, dotada de capacidades para que não volte a depender de ajuda externa e que, sobretudo, seja protagonista em oferecer seus conhecimentos a qualquer nação que solicite o seu auxílio. Exemplo central desse tipo de ajuda mútua é o Brasil, que

tem investido de forma considerável em cooperação internacional, primando por uma gestão efetiva, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, em todos os seus projetos.

Nessa perspectiva de reconhecer a importância do compartilhamento de conhecimento, o Governo brasileiro tem se esforçado para implementar programas de cooperação técnica internacional, pois através dela, muitas nações em processo de desenvolvimento podem estar mais aptas a responder aos desastres, podem fortalecer suas políticas de segurança, formar agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos e, assim, promover acordos de cooperação com os outros nações.

Em consonância com essas diretrizes, o Corpo de Bombeiros Militares do Maranhão (CBMMA) realizou cooperação técnica internacional em dois momentos no Equador: o primeiro em 2012<sup>28</sup>, ocasião essa na qual foram enviados vinte (20) Cadetes para receberem capacitação em Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) em Guayaquil e a outra em 2013<sup>29</sup> com a mesma finalidade. Após essa capacitação, os bombeiros militares do Maranhão auxiliaram os bombeiros do Equador a responderem ao terremoto ocorrido em Guayaquil em 2015<sup>30</sup>. Isso é uma prova de que abrir fronteiras para a troca de conhecimentos e experiências contribui para o estreitamento das relações entre as nações que ao se depararem em situações vulneráveis, auxiliam-se mutuamente.

Algumas nações são mais vulneráveis que outras. Nesse aspecto, países em desenvolvimento com tendências a sofrer desastres, sobretudo, os pequenos Estados insulares, os em desenvolvimento sem litoral e os países africanos devem receber mais atenção da comunidade internacional devido a sua vulnerabilidade, segundo o Marco de Ação de Sendai, adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução de Risco de Desastres, realizada de 14 a 18 de março de 2015.<sup>31</sup>

Essa necessidade de fortalecimento ante às ameaças implica em maior cooperação internacional para que esse Marco seja implementado, ou seja, esses

---

<sup>28</sup> Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Boletim Geral n. 034 de 23 de março de 2012.

<sup>29</sup> Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Boletim Geral n. 074 de 23 de março de 2013.

<sup>30</sup> Governo do Maranhão. Equipe do Corpo de Bombeiros auxilia vítimas de terremoto no Equador. Maranhão, 12/05/2016. Disponível em: < <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/noticias/equipe-do-corpo-de-bombeiros-auxilia-vitimas-de-terremoto-no-equador>. Acesso em 04 mai. 2019

<sup>31</sup> Organização das Nações Unidas. Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, 18/03/2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/55989/Documents/1%20-%20MONOGRAFIA/1%20-%20REFERÊNCIAS/MarcodeSendaiPortugues.pdf>. Acesso em 04 mai. 2019.

países necessitam de parcerias internacionais para serem capazes de responder aos seus desastres, caso contrário, não conseguirão reduzir a dependência de ajuda externa para responder aos desastres como aconteceu em março de 2019, quando tropas da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), compostas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA)<sup>32</sup>.

Nessa ocasião, os militares integrados à FNSP foram à África em resposta a dois eventos naturais extremos, o primeiro foi o ciclone “Idai” que devastou a região sudeste da África no dia 14 de março de 2019 e o segundo foi o ciclone Kenneth que atingiu Moçambique. Nos dois eventos milhares de pessoas ficaram sem água potável, moradias e outros serviços essenciais. Para responder aos desastres, os militares realizaram técnicas de busca e salvamento obedecendo os protocolos internacionais de segurança.

Esse apoio foi possível graças à dedicação que o CBMMA vem realizando para aperfeiçoar a sua tropa. No entanto, esse aperfeiçoamento poderia evoluir ainda mais se a instituição incorporasse em planejamento estratégico uma pasta específica de cooperação internacional para que, assim, fosse assegurada uma continuidade nas ações propostas.

Nesse sentido, adotar a cooperação internacional como uma das estratégias de desenvolvimento tornaria possível a realização de alguns objetivos, segundo as Diretrizes de Cooperação Técnica Internacional da ABC como:

- a) maior atuação da corporação na sociedade a partir do aperfeiçoamento de seus quadros profissionais e de sua infraestrutura técnica, dos avanços dos seus processos internos e da elaboração e implementação de planos e estratégia de ações com maior qualidade;
- b) maior eficiência na execução nos projetos realizados em parceria com instituições públicas e privadas;
- c) maior conscientização da sociedade sobre a importância da sua participação na implementação políticas de desenvolvimento nacional.

---

<sup>32</sup> Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Bombeiros do Maranhão reforçam missão de ajuda humanitária em Moçambique, 05/05/2019. Disponível em: <<https://cbm.ssp.ma.gov.br/index.php/2019/05/05/bombeiros-do-maranhao-reforcam-missao-de-ajuda-humanitaria-em-mocambique/> . Acesso em 02 jun. 2019.



Estabelecer relações de cooperação com outros países, vai muito mais além de compartilhamentos de informações, uma vez que há a tendência de que os conhecimentos passados e adquiridos sejam replicados dentro do próprio país. Sobre isso a ABC ressalta que:

O papel da cooperação técnica internacional não se esgota, portanto, somente na vinda de peritos estrangeiros ao país ou em visitas técnicas de brasileiros no exterior. Ao contrário, a visão contemporânea da cooperação internacional explora a transversalidade de temas, atores e experiências no intercâmbio de conhecimentos e tecnologias, sejam estes nacionais ou internacionais, que atuam de forma articulada em direção a objetivos comuns previamente determinados.

Partindo desse princípio, de que a cooperação técnica internacional pode ser uma ferramenta importante no processo de desenvolvimento do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, o presente trabalho propõe a inclusão desse tema no planejamento institucional e que isso seja realizado de forma contínua.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a cooperação internacional tem sido realizada nas instituições governamentais, uma reflexão sobre a influência dessas ações nos processos de desenvolvimento institucionais e os desafios a serem enfrentados para gerenciar de forma eficaz as ações de cooperação humanitária e técnica internacionais, além disso, também permitiu uma pesquisa detalhada sobre os registros documentais relativos aos acordos de cooperação.

De um modo geral, a cooperação internacional, sobretudo, na categoria “técnica”, auxilia no fortalecimento das capacidades nacionais, fazendo com que os países que se encontram situação de vulnerabilidade reduzam sua dependência de ajuda externa em situações de crise. Além disso, o compartilhamento dos conhecimentos possibilitou aos países, que recebiam a capacitação, de formar agentes multiplicadores para facilitar o conhecimento a outras instituições promovendo, dessa forma, o fortalecimento das capacidades nacionais e, por conseguinte, o seu desenvolvimento.

As instituições governamentais, sobretudo, os corpos de bombeiros militares que vêm utilizando a cooperação internacional em seu processo de desenvolvimento têm obtido bons resultados, como melhorias no aperfeiçoamento do quadro de profissionais e em sua infraestrutura, como as construções das torres de treinamento no CBMDF.

Além disso, a pesquisa em apreço pôde avaliar como nações consideradas receptoras de ajuda internacional passaram a compartilhar os conhecimentos alterando o seu *status quo* no sistema internacional, como aconteceu no Brasil. Essa mudança de paradigmas da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), que classifica as nações desenvolvidas como “doadoras” e as em desenvolvimento como “receptoras”, para a Cooperação Sul-Sul, marcada pela horizontalidade, tem contribuído para que nações que enfrentam desafios em comum possam ajudar-se mutuamente.

O estudo permitiu também verificar que à medida que as nações realizam cooperação internacional, elas ganham confiabilidade da comunidade internacional,

tendo em vista o notório aumento de suas capacidades o que as faz ser referência nos temas propostos.

O estudo também comprovou a importância da gestão efetiva nos processos de cooperação internacional e para isso avaliou o quanto é salutar que os atores estejam alinhados aos propósitos que desejam alcançar levando em consideração as particularidades das nações com quem irá realizar a cooperação. Para auxiliar nesse processo o presente trabalhou analisou o Manual de Cooperação Sul-Sul e as Diretrizes de Cooperação Técnica Internacional, ambos elaborados pela ABC/MRE, haja vista que os acordos de cooperação técnica internacional realizados pelo Governo brasileiro tem respeito a essas orientações.

Além dos manuais, foram realizadas pesquisas de legislações, boletins estaduais e notícias as quais continham ações pontuais que tratavam de atividades de cooperação internacional nas duas modalidades. Esses documentos como apresentados nos anexos informam como a cooperação internacional tem sido benéfica para as nações seja as que realizam capacitação, seja as que recebem os conhecimentos. Após o encerramento dos trabalhos, ambas informam os benefícios gerados para cada uma delas.

Diante dessas perspectivas, o papel da cooperação internacional no processo de desenvolvimento das instituições militares tem sido de protagonismo, uma vez que a estratégia de compartilhar conhecimentos com outras nações tem transformado as realidades em diversos níveis\_ federal, estadual, municipal e local\_, em decorrência do fortalecimento das capacidades nacionais e os resultados decorrentes desse processo.

## REFERÊNCIAS

**Decreto 9.683 de 09 de janeiro de 2019.** Disponível em: <  
[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/58549274/do1-2019-01-10-decreto-n-9-683-de-9-de-janeiro-de-2019-58549021](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/58549274/do1-2019-01-10-decreto-n-9-683-de-9-de-janeiro-de-2019-58549021) . Acesso 28 mar.2019

BORGES, Ana Cláudia et al. Soberania no Direito Internacional. Cruz Alta: UNICRUZ, 2015. Disponível em: <  
<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/>.  
 Acesso em 02 fev 2019.

BRASIL Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <

\_\_\_\_\_ **Diretrizes de Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral.** Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_ **Manual de gestão de cooperação técnica sul-sul.** Brasília, DF, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Brasília, 2014.

BORGES, Ana Cláudia et al. Soberania no Direito Internacional. Cruz Alta:

UNICRUZ, 2015. Disponível em: <

<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/>.

Acesso em 02 fev 2019.

CARNEIRO, Henrique; MAGNOLI, Demétrio (Org.) **História das Guerras. Guerra dos Trinta Anos.** São Paulo: Contexto, 2006.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação, nacionalismo. isbn:78-989-26-0339-1 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CBMDF. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Planejamento Estratégico 2017-2024**. Brasília, 2016. Disponível em: < <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-17-42-33/2012-11-13-16-14-57?task=document.viewdoc&id=11718> . Acesso em 02 fev 2019.

CBMMA. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO. **Boletim Geral n. 034/2012**: Atribuições Administrativas dos Técnicos da CEDEC – MA. Elaboração: Maranhão, 2012.

\_\_\_\_\_. **Boletim Geral n. 074/2013**: Atribuições Administrativas dos Técnicos da CEDEC – MA. Elaboração: Maranhão, 2012.

CBMMA. Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Bombeiros do Maranhão reforçam missão de ajuda humanitária em Moçambique, 05/05/2019. Disponível em: < <https://cbm.ssp.ma.gov.br/index.php/2019/05/05/bombeiros-do-maranhao-reforcam-missao-de-ajuda-humanitaria-em-mocambique/> . Acesso em 02 jun. 2019.

COSTA, S. R. A, et al. **Cadeia de suprimentos humanitária: uma análise dos processos de atuação em desastres naturais**. Rio de Janeiro: Production, v. 25, n. 4, p. 876-893, out./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/prod/v25n4/0103-6513-prod-0103-6513147513.pdf> . Acesso em 10 mai 2019.

EIITI, Sato. A agenda internacional depois da guerra fria. Revista Brasileira de Política Internacional. **Revista eletrônica**. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>. Acesso em 10 mai 2019.

FERNANDES, Clayson A. M. **A inserção do corpo de bombeiros militar do distrito federal no sistema de resposta aos desastres das nações unidas**. 2016. 91f. Monografia (Curso de Altos Estudos para Oficiais Combatentes) - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2016.

MARANHÃO. **Equipe do Corpo de Bombeiros auxilia vítimas de terremoto no Equador.** Maranhão, 12/05/2016. Disponível em: <  
<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/noticias/equipe-do-corpo-de-bombeiros-auxilia-vitimas-de-terremoto-no-equador>. Acesso em 04 mai. 2019

LARA, Antonio de Souza. Imperialismo, descolonização, subversão e dependência. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: ISCSP, 2002.

LIMA, João A dos S. **Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira.** Disponível em: <  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8206/1/BEPI\\_n23\\_AI%C3%A9m.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8206/1/BEPI_n23_AI%C3%A9m.pdf)  
 Acesso em 15 mai. 2019.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio.** São Paulo: Unesp, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030.** Disponível em: <  
[https://www.unisdr.org/files/43291\\_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf](https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf) Acesso em 04 mai. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <  
[https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015\\_PT.pdf](https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf) .Acesso em: 29 abr. 2019.

OCHA. Who We Are. Disponível em: < <http://www.unocha.org/about-us/who-weare>>. Acesso em 03 mar. 2019.

OLIVEIRA. Erbenia L. **A ajuda alimentar humanitária do Brasil: como um país perférco se destaca em meio a atores centrais.** NEARI em revista / v.2, n 2.201652  
 João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <  
[https://www.faculdedamas.edu.br/externos/posts/files/OLIVEIRA%20GT%2002\(1\).pdf](https://www.faculdedamas.edu.br/externos/posts/files/OLIVEIRA%20GT%2002(1).pdf) . Acesso em 18 mai. 2019.

PINO, Bruno A. **A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1589/1/TD\\_1845.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1589/1/TD_1845.pdf). Acesso em 12 mai. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> >. Acesso em 06 fev. 2019.

SANTOS, Manoel. T. Disponibilidade hídrica na rede pública de distribuição: um estudo dos efeitos sobre as ações de combate a incêndio pelo Corpo de Bombeiros no município de São Luís. UEMA, São Luís, 2015.

SÁNCHEZ, Erick R. **Cooperación y desarrollo: nueve preguntas sobre el tema**. Disponível em: < [http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion\\_y\\_desarrollo\\_Nueve\\_preguntas\\_sobre\\_el\\_tema.pdf](http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf) . Acesso em 25 mai. 2019.

SCHMITZ, Guilherme O.; LIMA, João B.B; SOMALO, Alan. **Assistência Humanitária Internacional: uma análise da experiência brasileira (2007-2010)**. Boletim de Economia e Política Internacional. 2010. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4705/1/BEPI\\_n4\\_assistencia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4705/1/BEPI_n4_assistencia.pdf) . Acesso em 10 mai. 2019.

SILVA, Caíque; PICININ, Guilherme. PAZ DE VESTFÁLIA & SOBERANIA ABSOLUTA. REVISTA DO DIREITO PÚBLICO. Londrina, PR: v.10, n.1, p.127-150, jan/abr, 2015. Disponível em: < [www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/20264/16218](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/20264/16218). Acesso em 15 mai. 2019.

TOMAZINI, Rosana. **Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão.** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 28-48.



**APÊNDICE**